

EDITORIAL

Contribuir para o debate acerca de questões impulsionadoras do desenvolvimento humano, a partir da interação de diferentes ciências que constituem as Ciências Sociais Aplicadas, tem sido a preocupação básica da revista Cadernos da FACECA. Esta publicação agrega trabalhos de pesquisadores que atuam nas áreas da Economia, da Administração e da Contabilidade, constituindo-se um veículo para o aprofundamento crítico do conhecimento.

O número que ora apresentamos aos leitores é constituído por artigos importantes, cuja temática básica revela o compromisso que a revista Cadernos da FACECA tem com a transformação da sociedade, a partir de pesquisas não apenas de problemas locais, mas também que demonstrem o comprometimento com a universalidade do conhecimento.

O fato de estarmos situados em uma região de intenso dinamismo, e com inúmeros problemas econômicos e sociais, coloca-nos diante do desafio de encontrarmos soluções para a nova realidade das metrópoles. Os limites do Estado brasileiro, e particularmente dos governos municipais, para a implementação de políticas públicas ativas visando ao desenvolvimento social se ampliaram na década de 1990, com a implementação das políticas macroeconômicas de corte neoliberal que expuseram aceleradamente a economia brasileira às forças da economia internacional. Ao mesmo tempo, a política recessiva de estabilização econômica resultou em aumento das demandas sociais nos municípios, em um momento em que se adaptavam à Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000. No artigo “Políticas públicas locais: os municípios e a lei de responsabilidade fiscal”, são discutidos as possibilidades e os limites que essa lei impõe ao desenvolvimento local, o que contribui para a reflexão sobre o futuro das políticas de combate à exclusão condicionadas a essa lei.

Os limites impostos individualmente aos municípios têm levado a uma maior articulação em torno de objetivos imediatos. Para a Região Metropolitana de Campinas, a articulação de seus municípios, visando a um desenvolvimento maior e mais harmônico, tem resultado em ações específicas e projetos articulados. Nesse aspecto, a ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos pode ser considerada uma condição básica facilitadora do desenvolvimento econômico regional, como demonstrado pelo artigo “Viracopos e novas influências de Campinas sobre a Região Metropolitana durante o século XXI”. Esse artigo recupera o processo histórico do desenvolvimento da região, sublinhando a influência exercida pelo município de Campinas na região e destaca a importância de ações que viabilizem soluções integradas para os problemas comuns da RMC, principalmente porque a legislação que a instituiu não contempla os novos desafios para as metrópoles na gestão de questões metropolitanas. Como parte de ações integradas, a ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos é analisada como especificidade no processo de aprimoramento da infra-estrutura regional.

Ainda com o foco na região, no artigo “Distribuição de renda e investimentos diretos estrangeiros na Região Metropolitana de Campinas” são analisadas as mudanças ocorridas na distribuição de renda na década de 1990, buscando suas associações com as transformações no mercado de trabalho, em particular com a difusão dos investimentos diretos estrangeiros na região. Nesse artigo são destacadas, a partir da abertura econômica, as conseqüências das transformações na produção e nas relações de trabalho que tiveram como resultado o aumento da renda média e do nível educacional entre os ocupados, mas que geraram, simultaneamente, maior desigualdade

da distribuição da renda e precarização das relações de trabalho, com maior participação de autônomos e de trabalhadores sem carteira assinada. Esses são também desafios das metrópoles: criar condições para que o desenvolvimento resulte em mais emprego, menor desigualdade e menor exclusão social.

Também abordando a questão da desigualdade da distribuição de renda, no artigo "Perfil da desigualdade entre as pessoas ocupadas na agricultura brasileira: uma abordagem multivariada" é analisada a importância relativa de variáveis econômicas e demográficas para explicar o perfil da desigualdade entre as pessoas ocupadas no setor agrícola do Brasil, identificando-se o peso das condições relacionadas ao trabalho, como educação, posição na ocupação e local de residência do trabalhador para explicar as diferenças de renda entre regiões do Brasil.

A agricultura é objeto de análise, também, no artigo "Agricultura familiar: lucratividade e sustentabilidade"; no qual se aborda a questão da sustentabilidade dos sistemas agroalimentares em um momento em que as estratégias de crescimento da agricultura brasileira se voltam para a monocultura de exportação. Constitui-se, assim, esse artigo, um contraponto a esse modelo ao propor a agricultura familiar como modelo a ser seguido na reestruturação dos sistemas agroalimentares e de uma ruralidade socialmente sustentável. Argumenta-se que nesse modelo a acumulação não é o fim único e sua sustentabilidade se dá mais em função da sua reprodução social e das possibilidades de obter uma renda no curto prazo e repor os meios de produção no longo prazo. Dessa forma, a agricultura familiar cria condições econômicas para manter os agricultores familiares na produção e contribui para a redução dos preços dos produtos agrícolas.

Em uma abordagem técnica, a sustentabilidade de produção agrícola é analisada sob outra ótica no artigo "Sustentabilidade econômica e ambiental dos sistemas de produção agrícola de três regiões brasileiras". Nesse artigo é feita uma comparação entre a sustentabilidade ambiental e as receitas líquidas em sistemas de produção agrícolas em três regiões brasileiras, tendo sido apontado que, no longo prazo, esses sistemas devem apresentar problemas de sustentabilidade.

Esse número da revista traz, também, uma contribuição importante para as inúmeras entidades do terceiro setor: o artigo "A contabilidade financeira como instrumento de prestação de contas socioeconômicas das entidades do terceiro setor". Nesse trabalho, os autores apresentam, de forma clara e objetiva, a utilização da contabilidade financeira na prestação de contas dos recursos financeiros captados pelas entidades sem fins lucrativos junto à sociedade, e indicam maneiras de utilização de informações socioeconômicas por essas entidades, de acordo com a legislação contábil aplicada no Brasil.

Por meio desse conjunto de artigos, a Revista Cadernos da Faceca demonstra o seu compromisso com a difusão do conhecimento originado da pesquisa na área das Ciências Sociais Aplicadas, esperando contribuir para a formação de um pensamento crítico transformador na sociedade atual.

Os Editores